ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART FÁBIO MIGUEL BENEDITO

O GAC NA EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NAS OPERAÇÕES OFENSIVAS

Rio de Janeiro
2018

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP ART FÁBIO MIGUEL BENEDITO

O GAC NA EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NAS OPERAÇÕES OFENSIVAS

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional.

Rio de Janeiro
2018

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DECEx - DESMil
ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS
(EsAO/1919)

DIVISÃO DE ENSINO / SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: **Cap Art FÁBIO MIGUEL BENEDITO**

Título: **O GAC NA EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NAS OPERAÇÕES OFENSIVAS.**

Trabalho Acadêmico, apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito parcial para a obtenção da especialização em Ciências Militares, com ênfase em Gestão Operacional, pós-graduação universitária lato sensu.

APROVADO EM _____/_____/_____ CONCEITO: _____

BANCA EXAMINADORA

Membro	Menção Atribuída
_____ **MAURO JOSÉ DE ALMEIDA JÚNIOR -Ten Cel** Cmt Curso e Presidente da Comissão	
_____ **ANDERSON EDUARDO E SOUZA REIS - Cap** 1º Membro	
_____ **SÉRGIO ANTONIO DA FONSECA JÚNIOR - Maj** 2º Membro e Orientador	

_____
FÁBIO MIGUEL BENEDITO – Cap
Aluno

O GAC NA EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES EM OPERAÇÕES OFENSIVAS:

INFLUÊNCIA DA EVACUAÇÃO DE NÃO COMBATENTES NO EMPREGO DO GRUPO DE ARTILHARIA DE CAMPANHA ORGÂNICO DAS BRIGADAS EMPREGADAS EM 1º ESCALÃO NAS OPERAÇÕES OFENSIVAS

FÁBIO MIGUEL BENEDITO

RESUMO

Durante os conflitos armados, grande número de não combatentes se encontram em território ocupado ou no teatro de operações, sem condições de prover a própria segurança, configurando dessa forma grave problema humanitário. Essa problemática, se faz presente em todos os conflitos ao longo da história. Dessa forma, será descrita a estrutura de uma Operação de Evacuação de Não Combatentes de acordo com a Doutrina Brasileira e identificado o papel de um Grupo de Artilharia de Campanha em uma Operação de Evacuação de Não Combatentes durante uma Operação Ofensiva.

Palavras-chave: Combatente. Evacuação. Operação.

ABSTRACT

During armed conflicts, a large number of non-combatants are in occupied territory or in the Theater of Operations, unable to provide their own security, thus forming a serious humanitarian problem. This problem is present in all conflicts throughout history. In this way, the structure of a Non-Combatant Evacuation Operation in accordance with the Brazilian Doctrine and a proposal of the Field Artillery Group in a Non-Combatant Evacuation Operation during an Offensive Operation will be presented.

Keywords: non-combatants. Evacuation. Operations.

1 INTRODUÇÃO

As operações de evacuação de não combatentes, são operações com objetivo de evacuar cidadãos nacionais ou estrangeiros que possam ter sua segurança ameaçada por operações militares em determinado teatro de operações, objetivando dessa forma uma diminuição dos riscos de danos colaterais à população de uma área conflagrada (BRASIL,2013).

Podem ser caracterizadas como operações para realocar, em um local de menor risco, não combatentes ameaçados pela natureza das ações militares levadas a cabo em determinada área.

A força encarregada de desenvolver uma operação dessa natureza, deve ter condições de controlar multidões de refugiados e prover segurança a esses elementos. Uma ENC, pode ser conduzida em três diferentes ambientes operacionais, o ambiente operacional permissivo, incerto ou hostil. Nas operações ofensivas, que são o escopo desse trabalho, se prevê um ambiente operacional hostil para a evacuação de não combatentes, uma vez que elas se desenvolvem em área sob provável controle do inimigo, onde se espera que a evacuação ocorra sob condições de desordem civil, ações de guerrilha ou mesmo de combate (BRASIL, 2013).

Sob essas condições, deve haver preparação para o estabelecimento de perímetros de segurança, escolta de comboios e triagem de pessoal. Dentro desse cenário difuso e de alta complexidade, os meios de apoio de fogo e sobretudo a Artilharia de Campanha, estarão realizando seus fogos em proveito da manobra da força apoiada com algumas restrições, existindo dessa forma uma grande necessidade de coordenação dos mesmos, de forma a evitar danos colaterais aos não combatentes.

A existência de diferentes atores no teatro de operações, como autoridades militares, governamentais, civis e internacionais exige um grande grau de cooperação e coordenação entre elas.

Neste trabalho se buscará, descrever a estrutura de uma operação de evacuação de não combatentes dentro da Doutrina Brasileira para o tema e identificar a forma de atuação do Grupo de Artilharia de Campanha nessa atividade durante as operações ofensivas (BRASIL, 2013).

1.1 PROBLEMA

Durante os Conflitos Armados, grande número de não combatentes se encontram em território ocupado ou no teatro de operações, sem condições de prover sua própria segurança, configurando dessa forma grave problema humanitário. Essa problemática, se faz presente em praticamente todos os conflitos ao longo da história.

De forma a orientar a pesquisa e o emprego do Grupo de Artilharia de Campanha na Evacuação de Não Combatentes, foi formulado o seguinte problema:

Dentro da estrutura de uma Operação de Evacuação de Não Combatentes (ENC) segundo a doutrina brasileira, de que forma o emprego do Grupo de Artilharia de Campanha orgânico das Brigadas em 1º escalão será influenciado durante a Evacuação de Não Combatentes nas Operações Ofensivas?

1.2 OBJETIVOS

De forma a identificar a forma com que o Grupo de Artilharia de Campanha orgânico das Brigadas empregadas em 1º Escalão, terá seu emprego influenciado pelo desenrolar de uma operação de evacuação de não combatentes em um teatro de operações, onde esse meio de apoio de fogo estará atuando, o presente estudo pretende descrever a estrutura de uma Evacuação de não combatentes e identificar a forma de atuação do GAC durante seu desenrolar no contexto de uma operação ofensiva.

Para tornar possível a consecução do objetivo geral de estudo, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, objetivando um encadeamento lógico do raciocínio descritivo apresentado neste estudo:

a) Descrever os objetivos de uma evacuação de não combatentes;

b) Descrever a estrutura de uma evacuação de não combatentes;

c) Identificar os diferentes ambientes operacionais em que uma evacuação de não combatentes pode ser desencadeada;

d) Identificar quais dificuldades logísticas para a artilharia de campanha durante a evacuação de não combatentes em uma operação ofensiva;

e) Identificar as medidas de coordenação de fogos necessárias durante a evacuação de não combatentes em uma operação ofensiva; e

f) Definir as normas e critérios de fogos mais adequados durante a evacuação de não combatentes em uma operação ofensiva

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

A questão humanitária na evacuação de não combatentes ganha cada vez maior relevância nos conflitos contemporâneos, sendo desta feita, extremamente importante entender a complexidade e os pormenores de sua execução.

O campo de batalha atual, com um número de combates urbanos cada vez maiores, o que provoca evacuação de cidades de forma parcial ou total, gerando grande número de evacuados não combatentes dentro de um teatro de operações, implica em maiores cuidados com o uso de meios de apoio de fogo com potencial para grandes danos colaterais como é o caso da artilharia de campanha.

Nesse sentido, o presente estudo se justifica por promover uma pesquisa a respeito de um tema atual e recorrente nos últimos conflitos armados ao redor do planeta e cuja doutrina, deixa uma serie de lacunas na atuação dos meios de apoio de fogo nesse complexo contexto.

O trabalho pretende, ainda, identificar as necessidades logísticas para artilharia de campanha em um cenário como esse e definir quais as normas e critérios de fogos mais adequados durante essas operações.

2 METODOLOGIA

Foi usado nessa pesquisa para colher subsídios que permitissem formular uma possível solução para o problema, a leitura analítica e fichamento das fontes.

Em relação à forma de abordagem do problema, utilizaram-se, principalmente, os conceitos de pesquisa **qualitativas**, pois se buscou na literatura informações existentes sobre o objeto de estudo, de forma a se construir o conhecimento sobre o tema e ofertar resposta ao problema levantado, onde a amostragem de publicações se mostrou suficiente no momento em que as informações encontradas em diferentes fontes se tornem recorrentes.

Em relação ao objetivo geral, foi empregada a modalidade **exploratória**, uma vez que existe muito pouco conhecimento disponível acerca do assunto mesmo em países envolvidos continuamente em conflitos como os Estados Unidos da América, o que exigiu uma ambientação inicial aos pormenores de uma evacuação de não combatentes antes de relacionar esse assunto aos conhecimentos já retidos a respeito do emprego da artilharia de campanha nos diversos tipos de operações de guerra e não guerra.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

O delineamento da pesquisa foi iniciado com a definição de conceitos e a busca de conhecimento dos pormenores envolvendo uma evacuação de não combatentes, de forma a tornar viável a solução do problema apresentado, sendo esse delineamento alicerçado em uma revisão de literatura no período de jan/2018 a mai/2018.

Buscou-se ao longo da pesquisa, obter uma descrição detalhada dos diversos aspectos das operações de evacuação de não combatentes de acordo com a doutrina brasileira vigente.

Se utilizou as palavras chave evacuação, combatente, Grupo de Artilharia de Campanha, ofensiva, juntamente com sua versão em língua inglesa em sítios eletrônicos na internet, na Biblioteca da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), Escola de Comando e Estado Maior do Exército (ECEME), no Centro Conjunto de Operações de Paz (CCOPAB). A

busca de dados se complementou utilizando-se de manuais de campanha do Exército Brasileiro, Manuais de Campanha do Exército Americano e Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos e Manuais de campanha da Organização do Tratado de Atlântico Norte (OTAN).

Quanto ao tipo de operação militar, a revisão de literatura atingiu as operações de guerra e não-guerra, com enfoque nas operações ofensivas.

a. Critério de inclusão:

- Estudos publicados em português, francês ou inglês, relacionados à evacuação de não combatentes em situações prioritariamente inserida dentro de conflitos armados.

b. Critério de exclusão:

- Estudos que abordam apenas evacuação de não combatentes em situações de caos social ou desastres naturais.

2.2 COLETA DE DADOS

Na sequência do aprofundamento teórico a respeito do assunto, o delineamento da pesquisa contemplou a coleta de dados pelo seguinte meio: ficha de coleta de dados.

2.2.1 Ficha de Coleta de Dados

Com a finalidade de ampliar o conhecimento teórico foi criada uma sequência de campos organizados de forma lógica e agrupados em uma ficha, onde se buscou sistematizar a coleta de dados em livros, publicações e artigos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas envolvendo os conflitos contemporâneos, apresentam um ambiente operacional altamente volátil e difuso, oscilando entre operações de guerra e não guerra dentro do mesmo teatro de operações como a evacuação de não combatentes em uma área conflagrada. Esse panorama resulta em sérias restrições ao emprego dos meios de apoio de fogo, sobretudo a artilharia de campanha, uma vez que se espera haver operações simultâneas de combate e de ajuda humanitária no mesmo teatro de operações (ARNAUT,2012).

Os atuais e futuros conflitos decorrem no seio da população e num espaço de batalha predominantemente urbano, não linear, multidimensional e com claras restrições relativamente à mobilidade tática e poder de fogo, como forma de limitar os danos colaterais na população e na infraestrutura. Tudo isto altera de forma significativa o modo como é aplicada a força para alcançar o sucesso (ARNAUT, 2012, p.9).

Mesmo com todas as limitações ao seu poder de fogo, a Artilharia continua a constituir o principal meio de apoio de fogo terrestre à disposição do comandante da Força, garantindo um apoio de fogo continuo e oportuno sob quaisquer condições atmosféricas e em todos os tipos de terreno (COIMBRA, 2011, p.335).

A evacuação de não combatentes de acordo com a doutrina brasileira, compilada pelo Ministério da Defesa do Brasil, tem como objetivo prioritário a evacuação de brasileiros não combatentes em outros países, nos casos de grave ameaça à integridade física dessas pessoas, em razão de graves crises políticas, econômicas, sociais ou desastres naturais, onde a situação no país anfitrião se degrade de tal forma que seja necessária e evacuação emergencial desses nacionais em segurança. Apesar do foco de nossa doutrina ser evacuação de nacionais não combatentes em outros países, os procedimentos e conceitos apresentados no manual, podem balizar as condutas a serem adotadas em um teatro de operações estabelecido durante conflito em território nacional ou estrangeiro (BRASIL, 2013).

As Operações de Evacuação de Não Combatentes, podem ser

caracterizadas como operações com objetivo de realocar para um local seguro, não combatentes ameaçados pela natureza das operações militares que estejam ocorrendo em determinado Teatro de Operações. É desejável que a força designada para conduzir operações dessa natureza tenha condições de proporcionar segurança, controle de multidões oriundas de cidades evacuadas ou fugindo de áreas palco de combates, triagem de pessoal bem como certa capacidade de prestar assistência médica ao pessoal evacuado. A Operação de Evacuação de Não Combatentes deve ser alicerçada em prover segurança na evacuação de não combatentes para um Local de Destino Seguro (Local designado pelo Ministério das Relações Exteriores/ Comandante do Teatro de Operações, para onde são conduzidos os evacuados de forma segura), minimizando o número de cidadãos em risco nas regiões afetadas pelo conflito (BRASIL,2013).

As operações de evacuação de não combatentes se desenvolvem via de regra em um ambiente altamente volátil, exigindo planejamento flexível, possuindo fatores políticos envolvidos em seu planejamento e desencadeamento. Pela volatilidade do ambiente operacional em que se desenvolve, dentro de uma mesma operação podem ser encontrados ambientes operacionais permissivos, incertos ou hostis. No ambiente operacional permissivo, não é esperada resistência na operação de evacuação, necessitando dessa forma de pequeno contingente militar no processamento de evacuados, o comandante do Teatro de Operações nessa situação tem como principal preocupação as atividades logísticas atinentes aos evacuados (transporte, alimentação, saúde e local de alojamento). No ambiente operacional incerto, não se tem o controle total do território e da população no Teatro de Operações, dessa forma o Comandante do Teatro de Operações, deverá dispor de forças adicionais em condições de prestar segurança aos evacuados, bem como prever a utilização de uma força de reação, já raciocinando para a deterioração do ambiente operacional incerto para o hostil. Em um ambiente operacional hostil, se espera resistência da população a ser evacuada e que a evacuação seja dada em condições de caos social, desordem civil, combate, ações de sabotagem e terrorismo, sendo necessários nessas condições, o estabelecimento de perímetros de segurança, escolta de

comboios e triagem de pessoal (BRASIL, 2013).

O ambiente operacional encontrado (permissivo, incerto ou hostil) irá condicionar a constituição da força a ser empregada em uma operação de evacuação de não combatentes. Em uma situação de conflito, onde esteja ativado um teatro de operações em que se desenvolvem operações militares ofensivas , o ambiente operacional encontrado, certamente será o hostil, podendo em alguns momentos durante o desenrolar das ações no máximo ser o incerto , sendo dessa forma imperativo que o comando operacional tenha condições sob estas circunstâncias de realizar tarefas de segurança, de reação e evacuação, devendo contar com poder de combate mínimo para autodefesa, extração e proteção de evacuados (BRASIL, 2013).

Deverá ser prevista pelo comando operacional uma área onde será processada uma primeira triagem dos evacuados, sendo nomeada de Área de Reunião de Evacuados (ARE). Nesse local será realizada a concentração inicial dos não combatentes para serem evacuados, onde após triagem serão encaminhados ao Centro de Controle de Evacuados (CCE). A localização da Área de Reunião de Evacuados, deve levar em conta a possibilidade dos três diferentes ambientes operacionais. Após triagem inicial na ARE, os evacuados serão recebidos no Centro de Controle de Evacuados, que irá proporcionar o acolhimento aos não combatentes, devendo ser dimensionado de acordo com o número de evacuados e o tipo de ambiente operacional presente. O planejamento do CCE, deve comtemplar a capacidade de fornecer abrigo e segurança, além de toda logística global no trato e processamento dos evacuados.

Dentro da constituição do CCE(Figura 1), existem uma série de estruturas sequenciais, para o processo de acolhimento dos evacuados e suas bagagens. O setor de desembarque e recepção é onde ocorre o primeiro contato do evacuado com o CCE, objetivando: receber o pessoal com a intenção de ser evacuado; transmitir aos evacuados o funcionamento do CCE e seus procedimentos para fiscalização de bagagens; emissão dos cartões de controle de evacuados e encaminhamento ao posto de recepção de bagagem. No setor de bagagem, são conduzidas as ações necessárias à verificação da bagagem dos evacuados como: estabelecer limite aos quantitativos de

bagagem; inspecionar de forma minuciosa todas as bagagens em busca de armas de fogo, explosivo, munições ou itens considerados restritos. Após passar pelo posto de recepção de bagagem, os evacuados são encaminhados ao posto de saúde inicial, onde serão inspecionados quanto à sua situação sanitária, como foco a verificação de portadores de doenças infecto contagiosas ou vítimas de contaminação química, biológica ou nuclear, devendo de acordo com a situação encontrada, encaminhar o evacuado para a área de descontaminação/isolamento ou Posto de Concentração, Seleção e Triagem (BRASIL, 2013).

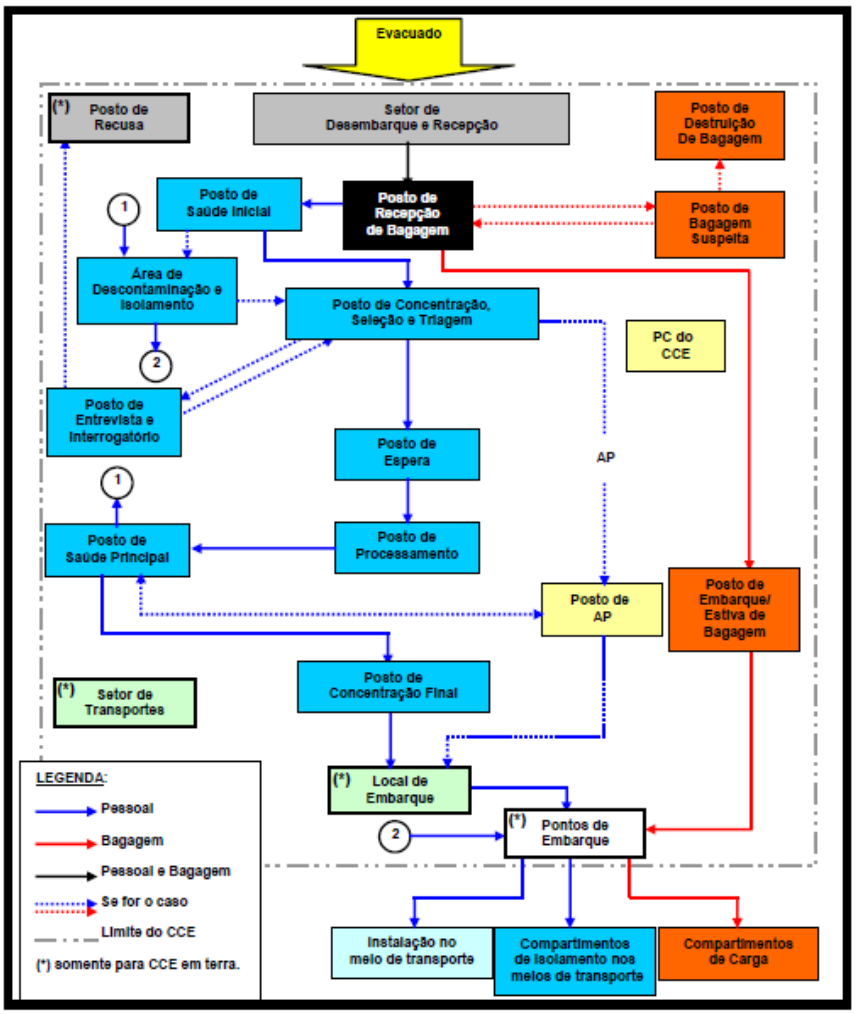

FIGURA 1 – Fluxograma Centro de Controle de Evacuados
Fonte: BRASIL, 2013, p. 55-60

Tendo em vista a necessidade de evacuação em uma situação de conflito ser muito superior à capacidade de uma força militar de processar e evacuar esses elementos, se faz necessária uma classificação e priorização de quem será evacuado. Todo elemento a ser evacuado, receberá uma

classificação, que materializa uma ordem de prioridade para sua evacuação, sendo agrupados em categorias principais e secundárias. Na categoria principal se encontram os cidadãos brasileiros, os não brasileiros parentes próximos de cidadãos brasileiros, os não brasileiros a serviço do governo brasileiro, os não brasileiros que estejam seriamente doentes, feridos ou cujas vidas estejam em perigo iminente. Na categoria secundária se encontram as mulheres grávidas, crianças de até 12 anos desacompanhadas, idosos (maiores de 65 anos) e enfermos, adultos com crianças adolescentes (12 a 17 anos), adultos (BRASIL,2013).

Do exposto até o momento, conclui-se que uma operação de evacuação de não combatentes, se constitui em uma atividade de alta complexidade com inúmeras variáveis presentes, sendo necessária a criação de diversas estruturas com a devida dotação de pessoal para operá-las. Em sua essência, se enquadram na classificação de operações de não guerra que podem realiza-se em situações de paz ou de crise, podendo dessa forma coexistir com operações de guerra em um mesmo teatro de operações.

Devido ao grande número de pessoal necessário para mobiliar as diversas estruturas de uma ENC, conclui-se que o Grupo de Artilharia de Campanha orgânico das Brigadas empregadas em primeiro escalão durante uma operação ofensiva, não seja a tropa melhor vocacionada para essa atividade, uma vez que em operações dessa natureza, se busca empregar de maneira decisiva a força militar para impor nossa vontade ao inimigo e nesse contexto todos os meios de apoio de fogo disponíveis e em particular a artilharia de campanha estará atuando de forma contínua durante toda a ação em proveito a manobra da tropa apoiada. Apesar de não vislumbrar participação efetiva na operação de evacuação em si, o emprego da artilharia de campanha será influenciado caso uma operação dessa natureza esteja em curso.

Pode-se inferir que pela natureza de uma operação ofensiva, caso se faça necessário o desencadeamento de uma operação de evacuação de não combatentes, ela se desenvolverá na esmagadora maioria dos casos em ambiente operacional hostil ou na melhor das hipóteses incerto. Cabe ressaltar que dentro da doutrina brasileira, caso as ENC se desenvolvam em ambiente

operacional hostil, os meios de apoio de fogo atuaram como em operações de guerra (BRASIL ,2015, p. 5-15).

Fruto de considerações políticas, diplomáticas, legislação internacional ou mesmo pressões de opinião pública, nos dias atuais é possível que a artilharia de campanha venha a ser impedida de atuar em determinados cenários como apoio de fogo em larga escala, caso após análise da missão venha a ficar comprovado risco excessivo de baixas dentro da população civil não combatente. Nesse caso, como por exemplo o investimento contra uma localidade não totalmente evacuada, a artilharia de campanha iria operar com algumas poucas bocas de fogo, utilizando-se prioritariamente de munições de precisão e mesmo não sendo a tropa mais vocacionada para conduzir uma operação de evacuação de não combatentes, sendo uma missão mais adequada aos Batalhões de Infantaria Motorizada, devido a seus grandes efetivos e número elevado de viaturas, o Grupo de Artilharia de Campanha oriundo das Brigadas empregadas em primeiro escalão teria condições de apoiar a referida ação dispondo alguns de seus meios, sobretudo viaturas, para apoiar as operações de evacuação. Esse uso dual do grupo de artilharia de campanha foi usado pelos EUA em 2008, na Operação Liberdade do Iraque, em que o Grupo de Artilharia de Campanha oriundo da 172ª Brigade Combat Team, onde apenas uma de suas baterias atuou utilizando os Obuseiros M-109 Paladin e as demais subunidades foram empregadas de forma análoga a unidade de infantaria, mobiliando pontos de controle e realizando patrulhas (ARNAUT, 2012, p.36)

Na hipótese em que existam operações de evacuação de não combatentes, ocorrendo concomitantemente com as ações ofensivas de uma brigada empregada em primeiro escalão dentro de um mesmo teatro de operações, se prevê uma série de situações restritivas ao emprego do GAC que atua em proveito dessa brigada. Certamente nesse contexto, se encontraram grandes massas de evacuados se deslocando pelos eixos principais na região, inúmeros bolsões de pessoal evacuado no entorno e no interior das localidades que sejam palco de conflitos, muitas localidades estarão apenas parcialmente evacuadas. Esse contexto, torna necessário que seja estipulado grande número de medidas restritivas de coordenação de apoio

de fogo, como áreas de restrição de fogos e áreas de fogo proibido, visando preservar a população não combatente.

Visando reduzir ao máximo as limitações à artilharia de campanha, de forma que as peças de manobra em primeiro escalão contem com o máximo de apoio de fogo disponível durante a ofensiva, deve-se buscar empregar prioritariamente áreas de restrição de fogos em detrimento às áreas de fogo proibido. Contudo, visando também a segurança da população não combatente, sem privar a tropa apoiada de seu apoio de fogo, deve-se usar prioritariamente a norma de fogos semiativa, permitindo-se bater apenas morteiros e artilharia inimiga confirmadas que estejam causando baixas em nossas tropas e como critério de confirmação, que o alvo seja localizado por observação terrestre. Esse contexto operacional se constata um grande óbice logístico para a artilharia de campanha, em razão de seu alto custo, que é a necessidade de se possuir bom número de munições de precisão, visando reduzir os danos colaterais à população não combatente, sobretudo em alvos localizados no interior de localidades parcialmente evacuadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em relação aos objetivos e questões de estudo propostas no início desse trabalho, se chega à conclusão que a pesquisa atendeu ao que se pretendia, criando o entendimento da finalidade e estrutura de uma evacuação de não combatentes nos cenários atuais dos conflitos modernos.

A revisão de literatura possibilitou descrever os objetivos e a estrutura de uma operação de evacuação de não combatentes, dando a real dimensão da complexidade dessa atividade e sua importância no contexto atual. Também se buscou com essa revisão, identificar os diferentes ambientes operacionais em que uma evacuação de não combatentes pode ser desencadeada.

Da identificação da complexidade do ambiente operacional envolvendo uma evacuação de não combatentes, se conseguiu identificar a forma como o emprego dos Grupos de Artilharia de Campanha orgânicos das brigadas empregadas em primeiro escalão nas operações ofensivas pode ser influenciado. Se identifica várias situações onde o apoio de fogo terá sua atuação restringida.

No que se refere à logística do Grupo de Artilharia de Campanha, se observa um aumento na necessidade de utilização de munições de precisão no contexto de um teatro de operações com operações de guerra e não guerra ocorrendo simultaneamente. Tal constatação se reveste em óbice considerável, face ao alto custo desse tipo de munição.

A compilação de dados permitiu identificar que, as medidas de coordenação de apoio de fogo no ambiente dos conflitos de quarta geração são extremamente importantes de forma a evitar ao máximo danos desnecessários à população não combatente e a sua infraestrutura civil.

Recomenda-se, visando reduzir ao máximo as limitações ao emprego da artilharia de campanha, de forma que as peças de manobra em primeiro

escalão contem com o máximo de apoio de fogo disponível durante a ofensiva, empregar prioritariamente áreas de restrição de fogos em detrimento às áreas de fogo proibido, estabelecendo norma de fogos semiativa, permitindo-se bater apenas morteiros e artilharia inimiga confirmadas que estejam causando baixas em nossas tropas e como critério de confirmação, que o alvo seja localizado por observação terrestre.

Conclui-se, que no cenário atual, deve-se buscar a máxima eficiência no emprego dos meios de apoio de fogo, sobretudo a artilharia de campanha, buscando sempre a legitimidade para as ações, sendo fundamental a busca por meios modernos de cálculo e condução de tiro, bem como uso de munições de precisão de forma a reduzir ao máximo os danos colaterais à população não combatente. Nesse tipo de cenário verifica-se uma série de restrições ao desencadeamento do tiro de artilharia, no entanto o apoio de fogo não poderá deixar de ocorrer, logo a fim de impedir danos colaterais faz-se necessário a máxima centralização do tiro nos escalões superiores, sendo desejável, que inclusive a artilharia de campanha das Brigadas empregadas em primeiro escalão, estejam centralizadas às AD.

ANEXO

A título de solução prática, vislumbro que seja inserido no Manual EB20-MC-10.206:Fogos em seu capítulo 5, onde se trata do apoio de fogo em operações de não guerra e mais especificamente no subcapítulo referente ao apoio de fogo em operações de evacuação de não combatentes, o seguinte texto: “ Toda artilharia de campanha, inclusive a orgânica das Brigadas empregadas em primeiro escalão, cujos fogos sejam empregados em zona de ação onde esteja presente uma operação de evacuação de não combatentes, deverá estar centralizada junto à AD”.

REFERÊNCIAS

ARNAUT, João Manuel Marques. **Missões Duais de Artilharia de Campanha: Apoio de Fogos e Segurança de Área**. **Doutrina Militar Terrestre.** 2012. Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada –Academia Militar, Lisboa, 2012.

ARAÚJO, Mario L. A. Operações no amplo espectro: novo paradigma do espaço de batalha. **Doutrina Militar Terrestre**., Brasília, DF, ed. 1. p. 16-27, jan-mar 2013.

BRASIL. Exército. **EB20-MC10.206: Fogos**. 1. ed. Brasília, DF, 2015.

_____. _____. **EB60-ME-12.301: Grupos de Artilharia de Campanha nas Operações de Guerra.** 3. ed. Brasília, DF, 2017.

_____. _____. **C 20-1: Glossário de Termos e Expressões para uso no Exército**. 1. ed. Brasília, DF, 2003b.

_____. Ministério da Defesa. **MD33-M-08: Manual de Operações de Evacuação de Não Combatentes.** 2. ed. Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério da Defesa. **MD34-M-03: Manual de Emprego do Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA) nas Forças Armadas.** 1. ed. Brasília, DF, 2011.

CALHAÇO, N. Uma Visão Sobre a Artilharia de Campanha nos Novos Ambientes Operacionais. **Revista de Artilharia**., Lisboa, Portugal. p. 141-158, 2006.

COIMBRA, A. O Ambiente Estratégico Internacional e as Exigência que se Colocam à Artilharia. **Revista de Artilharia**., Lisboa, Portugal. p. 331-338, out-dez 2011.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Departamento de Defesa**. Noncombatant Evacuation Operations (NEO) – Joint Publication 3-68.JP 3-68**.2017

REINO UNIDO. OTAN**. NATO Standard-AJP3.4.2 Allied joint Doctrine for Non-Combatant Evacuations Operations.** 2013

SILVA, Gian Dermário Da. **As Expressões política e militar na Gestão de Operações de Evacuação de Não Combatentes em Situação de Não Guerra.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2013.